

"ATITUDES FACE AO UNIVERSO DA DIFERENÇA E O DESAFIO LANÇADO À EDUCAÇÃO ESPECIAL"

MARIA TERESA SANTOS *

"Eu, o Narrador, sou Teoria.

Nasci na Gabela, na terra do café. Da terra recebi a cor escura de café, vinda da mãe, misturada ao branco defunto do meu pai, comerciante português. Trago em mim o inconciliável e é este o meu motor. Num Universo de sim ou não, branco ou negro, eu represento o talvez.

Talvez é não, para quem quer ouvir sim e significa sim para quem espera ouvir não. A culpa será minha se os homens exigem a pureza e recusam as combinações? Sou eu que devo tornar-me em sim ou em não? Ou são os homens que devem aceitar o talvez? Face a este problema capital, as pessoas dividem-se aos meus olhos em dois grupos: os maniqueístas e os outros.

É bom esclarecer que raros são os outros, o Mundo é geralmente maniqueísta."

(in Mayombe de Pepetela, 1982, p.10)

1 - INTRODUÇÃO

Poder aqui afirmar que as atitudes face aos que são diferentes já não são predominantemente maniqueístas seria, sem dúvida, o desejável. Na realidade, constata-se que ainda não há lugar para o TALVEZ num Universo que se divide em:

BRANCO/PRETO; BOM/MAU; BONITO/FEIO; RICO/POBRE; NORMAL/ANORMAL; NÃO-DEFICIENTE/DEFICIENTE;

Não quer isto dizer que não houve evolução nas atitudes face à pessoa diferente. No entanto, essa mudança é frequentemente aparente e mascara uma

* Docente da ESE de Beja

verdadeira atitude de rejeição, que obviamente não é consciencializada. A "máscara" surge muitas vezes sob a forma de caridade e esta é profundamente bloqueante para o desenvolvimento do indivíduo deficiente, como aliás o demonstrou a educadora Anne Sullivan aquando da reeducação de Helen Keller.

O presente artigo, para além de constituir uma breve abordagem à problemática das atitudes face aos indivíduos deficientes, particularmente manifestas no tipo de estruturas de atendimento e no discurso técnico ao longo da história da Educação Especial, procurará ainda reflectir sobre o papel que se espera deste subsistema educativo no momento actual.

2 - ATITUDES FACE AOS DEFICIENTES

Os dados da investigação a propósito das atitudes face às pessoas deficientes surgem frequentemente como inconsistentes e contraditórios. Os métodos tradicionais de inquérito e sondagem de opinião pública levantam questões de fiabilidade, uma vez que as atitudes expressas verbalmente podem não corresponder à acção de quem as expressa. Reconhecer e afirmar que as crianças deficientes devem ser integradas no sistema regular de ensino não será o mesmo que deparar-se com uma dessas crianças na sua sala e ter de interagir com ela.

Para além disto tem sido difícil estabelecer uma análise comparativa entre os vários estudos realizados em diversos países, pois segundo Gottlieb (1975) observam-se nítidas diferenças na definição das populações alvo dos estudos; na forma como o conceito de deficiente é apresentado; no modo como os deficientes poderão interiorizar o conceito o que os

outros têm de si, entre outros aspectos susceptíveis de influenciarem a interpretação dos dados. Contudo, e ainda de acordo com o mesmo autor, a representação que a opinião pública tem do deficiente, parece ser na sua maioria, a de que se trata de uma ameaça, um desvio à norma/ordem, que é preciso manter intacta.

Gottlieb (1975) realizou alguns estudos sobre a atitude de vários grupos profissionais ligados à saúde e educação, após visitas efectuadas a instituições para deficientes tendo obtido resultados favoráveis e desfavoráveis, mas curiosamente: os favoráveis eram dirigidos mais às instituições do que aos utentes das mesmas também em investigações realizadas no ensino regular, Gottlieb (1977) verificou que as crianças deficientes aí integradas eram socialmente menos aceites pelos companheiros.

Quando avaliadas favoravelmente os factores determinantes eram as actividades de recreio que se sobrepunham assim às de sala de aula. A sua "incompetência" académica surgia assim como um indicador de peso, para uma apreciação menos positiva da criança deficiente.

Quanto aos professores inquiridos, os especializados demonstravam atitudes mais favoráveis em relação ao grupo de crianças integradas do que os não especializados, o que aliás pareceria lógico de supôr, tendo em conta a formação e experiência dos primeiros.

Ainda que em pequena escala e com todo o cuidado que nos deverão merecer estes estudos, pioneiros no campo, vieram levantar a questão de que o simples contacto com deficientes não é por si só suficiente para uma modificação das atitudes face ao grupo em causa, no sentido de uma maior aceitação: torna-se imprescindível acompanhar este contacto de uma informação adequada que realce acima de tudo o que esta população tão heterogénea é capaz de fazer, apesar das

limitações, e os esforços que emprega para as ultrapassarem

O recurso à linguagem mediática com o objectivo de modificar as atitudes da população em geral face aos que são diferentes tem sido uma das estratégias defendida por muitos e ela é certamente do maior interesse. No entanto verifica-se que muitas das campanhas são mal conduzidas, dirigindo-se aos que já estão sensibilizados, não chegando a mensagem aos que seria necessário sensibilizar. Por outro lado, estas mesmas campanhas acentuam frequentemente as limitações do grupo em causa, apresentando-o como incapaz de se orientar

Será pois, da maior importância esclarecer a população de forma isenta e clara, promovendo de modo positivo a imagem da pessoa que é o deficiente. Para isto, é notória a responsabilidade que cabe aos que trabalham no domínio da Educação/Reabilitação, às suas próprias atitudes e relação que estabelecem com quem trabalham e sobre as quais não será descabido reflectir

3 - PROFISSIONAIS E DEFICIENTES QUE ATITUDES? QUE RELAÇÃO?

Nas sociedades pré-industriais os deficientes eram vistos como *aleijados*, *'imbecis'*, *'inúteis'* mas viviam na sua comunidade e a vida era tão dura para eles, como o era para a restante população

Com a industrialização dão-se alterações profundas no sistema de relações sociais. As condições de trabalho agra-

vam-se e com elas o número de acidentes, que faz aumentar o número de deficientes. Face a estes indivíduos estropeados e tidos como passivos para os quais é preciso providenciar protecção assiste-se a um período de institucionalização, de isolamento profundamente marcado por preconceitos e atitudes negativas. Os discursos médico, psicológico e pedagógico então dominantes em muito contribuíram para este movimento ao considerarem a deficiência como uma característica do sujeito responsabilizando-o pelo seu sofrimento e fazendo-lhe sentir a necessidade de ser *curado* em estruturas segregadas para depois o devolverem 'são' à sociedade

Presentemente segundo Finkelshtein(1981) assiste-se a uma crescente consciencialização dos deficientes que reclamam um papel mais activo na comunidade introduzindo novos aspectos na relação ajudante/ajudado educador/educando. A incapacidade é agora transferida da pessoa para a sociedade que ao reduzir as barreiras possibilitará a redução das incapacidades do indivíduo e o esbatimento da relação de dependência

Contudo esta relação de dependência desenvolvida entre técnicas e deficientes parece manter-se para além do desejável em determinados contextos (incluindo o educacional) dificultando assim o processo de integração

A este propósito Mcknight (1981) refere que as sociedades modernas, caracterizadas pela sua economia de serviços (sociais, saúde, educação) fazem com que os mesmos acabem por ser mais preciosos para os que os produzem do que para os que deles deveriam beneficiar. É evidente que se tratará de um processo não consciencializado uma vez que os vários grupos profissionais acreditam na sua *'função de ajuda'* e fazem o melhor que podem atendendo às circuns-

tâncias. Por outro lado o seu trabalho reveste-se de um "poder mágico" - o seu discurso e a sua práxis levam-no a encarar como sendo o único com possibilidade de definir problemas e necessidades, assim como solucioná-los.

Com a crescente consciencialização por parte dos que são servidos, a "máscara do amor" veiculada pelos técnicos dá lugar à verdadeira face e o "conflito estala". Nesta perspectiva e ainda citando Mcknight, o aumento das estruturas de Educação Especial seria mais para satisfazer os interesses dos profissionais do que os das crianças e a dificuldade de integração seria em muitos casos devido à resistência de alguns profissionais, ansiosos em proteger os seus interesses.

A este propósito Gottlieb (1975) refere como a crença de que os deficientes intelectuais eram perigosos tinha sido instigada pelos técnicos que com eles trabalhavam, justificando assim o movimento de institucionalização no séc XIX. Um tipo de raciocínio semelhante - o da criança eterna com necessidade de apoio- teria sido responsável pela proliferação das classes especiais até ao 3º quartel do séc XX.

Sally Tomlinson (1982) afirma que: "os profissionais têm interesses na expansão e desenvolvimento da Educação Especial. Têm verdadeiro poder para definir e afectar as vidas e futuro das crianças com quem trabalham" (p.84). Ao definirem critérios, ao colocarem rótulos, ao aumentarem o seu conhecimento, legitimam o seu poder na avaliação e definição das necessidades educativas especiais. Este poder será tanto maior, quanto maior for a capacidade desse profissional para se rodear de uma aura de mistério, funcionando assim como uma forma de controlo social.

Os que trabalham em Educação Especial já se defrontaram com situações de verdadeira "disputa" em que diversos

serviços se reclamavam "donos" do atendimento a esta ou àquela criança ou jovem, em vez de unirem esforços para que o sujeito em causa tivesse o melhor atendimento possível. Como é evidente, esta "relação de propriedade" é extremamente nociva, quer para o sujeito diferente, quer para a sociedade em geral. Nesta relação de poder unilateral não haverá espaço para o encontro e para a verdadeira relação e é face a este tipo de atitudes que a Educação Especial se deverá questionar, se quiser contribuir para uma maior aceitação do deficiente na sociedade.

4 - EDUCAÇÃO ESPECIAL - O desafio

Em Portugal como noutros países o crescimento da Educação Especial deu-se paralela e marginalmente ao da Educação dita regular e em certa medida, surgiu e desenvolveu-se como forma de dar resposta aos problemas que o ensino regular criava- ao rejeitar as crianças com as quais não sabia e não queria lidar

Sabe-se como a Escola pode ser considerada um factor de risco, quando não tem em conta o desenvolvimento da criança, as suas motivações, a sua cultura e tem para com ela uma acção pedagógica indiferenciada, o que contribui para o acentuar das diferenças, gerando verdadeiras situações de bloqueio à aprendizagem em crianças, que à partida, não têm qualquer limitação de origem orgânica.

Esse grupo de crianças durante anos a fio, "engrossou" o número de atendidos em estabelecimentos de Educação Especial ditos segregados. O objectivo dos profissionais que com elas trabalhavam era o de lhes fornecerem "instrumentos" para que viessem posteriormente a

ser reintegradas no Sistema Regular de Ensino ou na Vida Activa. Contudo, a experiência veio demonstrar que essas crianças uma vez inseridas num ambiente protector como o da Escola ou da Classe Especial dificilmente se libertavam desse estigma e a reinserção era sempre um projecto adiado.

Os profissionais tomaram consciência de que esta situação contribuía também para uma relação de maior dependência que resultava de um curriculum mais limitado, porque construído com base num nível de expectativas mais baixo, não estimulando assim até ao máximo as potencialidades de cada indivíduo

Na última década, assistiu-se a uma evolução extremamente importante no âmbito da Educação Especial, quer ao nível do diagnóstico das diferentes situações de deficiência devido a um maior conhecimento dessas situações e das suas implicações no desenvolvimento e aprendizagem, quer ao nível da clarificação da organização e desenvolvimento curriculares

A esta evolução não foi alheia uma importante modificação das atitudes face aos deficientes resultante de um saber uma experiência, uma maturidade na relação com este grupo

Funcionando de certo modo como um laboratório, com consequências importantes para a pedagogia geral, a Educação Especial soube inovar-se um nível significativo de experiências pedagógicas foi e continua a ser realizado, novos métodos foram e são ensaiados; materiais didácticos têm sido imaginativamente concebidos. O nível técnico e a competência humana melhoraram consideravelmente em função de toda esta aprendizagem. Contudo, caberá aqui questionar em que medida é que o discurso e a prática da Educação Especial podem contribuir

para o enriquecimento e inovação no seio do Sistema Regular de Ensino, integrando-se neste?

Se se parte do princípio de que ao nível dos objectivos gerais não existe uma pedagogia normal e uma pedagogia especial, mas sim e tão-somente métodos e técnicas de abordagem específicas e diferenciadas, então o divórcio que parece existir entre Educação Normal e Educação Especial não faz sentido

Apesar de alguns esforços que se vão fazendo para a aproximação de parte a parte já com alguma legislação de suporte mas ainda sustentada em políticas tímidas, as relações existentes são caracterizadas por uma certa marginalidade e cimentadas em "*boas vontades*", que sendo, sem dúvida, importantes, são por si só manifestamente insuficientes.

Só pela interacção desta "*linguagens* complementares será possível construir respostas educativas criativas e adequadas para toda a população escolar. Assim, o maior desafio que se colocará à Educação Especial será certamente o de tornar a sua mensagem compreensível após uma reflexão profunda sobre aquilo que veicula e como o faz, colocando os dados dessa reflexão em debate com outros profissionais ligados ao ensino e analisando com estes as grandes questões que se levantam à integração/não-segregação das crianças deficientes na Escola.

O debate terá necessariamente que passar pelo estabelecimento de um código de comunicação comum; por uma clarificação e partilha de objectivos; por uma análise curricular - os programas; os tempos, os espaços; os materiais; os equipamentos; pela análise de um sistema de avaliação; pela avaliação e formação dos recursos humanos e eventualmente outros aspectos não focados. Fomentando-se a reflexão conjunta, a comunicação de

experiências deflagradoras de uma atitude de investigação que venha a melhorar a competência profissional e pessoal dos que fazem da Educação o seu campo de batalha e dos que procuram a todo o custo abrir brechas num sistema que teima em resistir a qualquer mudança e que parece perpetuar uma ordem que há muito deveria ter deixado de existir.

A Educação Especial através do profissionalismo dos seus técnicos, da qualidade de comunicação com os outros agentes educativos pode contribuir para a abertura de uma dessas brechas.

REFERÊNCIAS:

FINKELSTEIN, V. - *Attitudes and Disabled People: issues for discussion*, NEW YORK, World Rehabilitation Fund Inc., 1980.
- *To deny or not to deny disability*

- Disability and the Helper/Helped relationship: an historical view in **Brechin, A et al (eds)** *Handicap in a Social World* London, Hodder & Stoughton Open, University Press, 1981

GOTTLIEB, J. - "Public, Peer and Professional attitudes toward mentally retarded persons", in **Begab, M. J. and Richardson, S. A. (eds)**, *The Mentally Retarded and Society*, Baltimore, University Park Press, 1975

- "Attitudes toward mainstreaming retarded children and some possible effects on educational practices", in **Mittler, P (ed)** *Care and Intervention-Vol. I* Baltimore, University Park Press, 1977

KEOGH, B. K. - Social and Ethical Assumptions about Special Education, in **Wedell, K. (ed)** *Orientation in Special Education*, London, John Wiley & Sons, Ltd, 1975

MCKNIGHT, J. - Professionalized Service and Disabling Help, in **Brechin, A et al. (eds)** *Handicap in a Social World*, London, Hodder & Stoughton/ Open University Press, 1981

TOMLINSON, S. - *A Sociology of Special Education*, London, Routledge & Kegan Paul, 1982.